

PUBLCIAÇÃO DIGITAL - PÁGINA 8

Companhia Energética do Jari - CEJA

CNPJ/MF nº 03.581.989/0001-62



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				PASSIVO		
Caixa e equivalentes de caixa	4	188.364	77.073	Circulante		
Concessionárias	5	45.868	54.998	Fornecedores	14	93.640
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	5.239	11.600	Imposto de renda e Contribuição social a recolher	6	3.497
Outros tributos compensáveis	6	22.505	11.195	Outros tributos a recolher	6	9.384
Prêmio de risco - GSF	10	2.294	2.294	Dividendos	15	36.984
Outros créditos	11	5.066	4.682	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	53.755
Total do Ativo Circulante		269.340	161.842	Uso do bem público	17	2.773
Não circulante				Provisões	18	2.326
Cauções e depósitos vinculados	9	22.815	22.321	Outras contas a pagar	11	2.657
Prêmio de risco - GSF	10	14.336	16.630	Total do Passivo Circulante		205.016
Outros Créditos	11	2.387	2.180	Não circulante		183.193
Imobilizado				Tributos diferidos	7	117.898
Intangível				Empréstimos e financiamentos	16	440.036
Total do Ativo Não circulante		1.493.794	1.522.317	Uso do bem público	17	31.927
		1.533.332	1.573.448	Provisões	18	6.600
				Outras contas a pagar	11	54
				Total do Passivo Não circulante		596.515
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO		638.083
				Capital social	19.1	850.824
				Reservas de lucros	19.3	150.317
				Total do Patrimônio líquido		1.001.141
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.802.672
						1.735.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2021	2020
Receitas	20	317.843	275.301
Custo da operação e do serviço de energia elétrica	21	(57.007)	(66.322)
Custo do serviço de energia elétrica		(44.397)	(43.440)
Custo de operação		(101.404)	(109.762)
Lucro bruto		216.439	165.539
Despesas e Receitas operacionais	21	(20.331)	(24.134)
Despesas gerais e administrativas		(322)	(259)
Outras despesas e receitas operacionais		(20.653)	(24.393)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		195.786	141.146
Resultado financeiro	22	12.405	7.904
Receitas financeiras		(54.255)	(60.441)
Despesas financeiras		(41.850)	(52.537)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		153.936	88.609
Tributos sobre o lucro	23	(10.126)	(4.476)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(6.599)	6.050
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(16.725)	1.574
Lucro líquido do exercício		137.211	90.183
Resultado por ação atribuível aos acionistas	24	5.31949	3.49628
Resultado básico/diluído por ação (Reais/Ações)			
ON			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Geração do valor adicionado	376.391	326.214	
Receita operacional	363.574	320.196	
Receita relativa à construção de ativos próprios	12.817	5.992	
Outras receitas		26	
(-) Insuimos adquiridos de terceiros	(91.425)	(90.010)	
Custos da energia comprada	(46.295)	(48.082)	
Encargos de uso da rede elétrica	(27.532)	(25.538)	
Materiais	(2.428)	(1.724)	
Serviços de terceiros	(12.473)	(11.537)	
Outros custos operacionais	(2.697)	(3.129)	
Valor adicionado bruto	284.966	236.204	
Retenções			
Depreciações e amortizações	(51.340)	(53.032)	
Valor adicionado líquido produzido	233.626	183.172	
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	13.012	8.293	
Valor adicionado total a distribuir	246.638	191.465	
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta	3.654	3.678	
Benefícios	1.593	1.171	
FGTS		238	215
Impostos, taxas e contribuições	44.016	31.044	
Federais	5.604	4.740	
Estaduais		66	
Municipais			
Remuneração de capitais de terceiros	54.255	60.441	
Juros		1	(7)
Aluguais			
Remuneração de capital próprio	43.510	37.734	
Juros sobre capital próprio	152.937	139.016	
Lucros retidos	93.701	52.449	
	246.638	191.465	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Geração do valor adicionado	376.391	326.214	
Receita operacional	363.574	320.196	
Receita relativa à construção de ativos próprios	12.817	5.992	
Outras receitas		26	
(-) Insuimos adquiridos de terceiros	(91.425)	(90.010)	
Custos da energia comprada	(46.295)	(48.082)	
Encargos de uso da rede elétrica	(27.532)	(25.538)	
Materiais	(2.428)	(1.724)	
Serviços de terceiros	(12.473)	(11.537)	
Outros custos operacionais	(2.697)	(3.129)	
Valor adicionado bruto	284.966	236.204	
Retenções			
Depreciações e amortizações	(51.340)	(53.032)	
Valor adicionado líquido produzido	233.626	183.172	
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	13.012	8.293	
Valor adicionado total a distribuir	246.638	191.465	
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta	3.654	3.678	
Benefícios	1.593	1.171	
FGTS		238	215
Impostos, taxas e contribuições	44.016	31.044	
Federais	5.604	4.740	
Estaduais		66	
Municipais			
Remuneração de capitais de terceiros	54.255	60.441	
Juros		1	(7)
Aluguais			
Remuneração de capital próprio	43.510	37.734	
Juros sobre capital próprio	152.937	139.016	
Lucros retidos	93.701	52.449	
	246.638	191.465	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2021	2020

</tbl

PUBICAÇÃO DIGITAL - PÁGINA 9

...continuação

Companhia Energética do Jari - CEJA

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avalia a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convicida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 18 de janeiro de 2022. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota (Nota 25.1).

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais é requerido que a Administração da Companhia baseie-se em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 5); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 12 e 13); Provisões de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 18.1); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 25.1.2); e Provisões necessárias para custos relacionados à licenças ambientais (Nota 18.2).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que novas indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorrerem eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxo de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, após proceder com a avaliação das indicações de ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

A Administração da Companhia avaliou os possíveis impactos oriundos da pandemia da COVID-19 (Nota 3.1), em relação a sua posição patrimonial e financeira, com o objetivo de identificar a existência de fatores que requerem a realização de teste relativo ao valor recuperável de seus ativos não financeiros. Como resultado dessa avaliação, a Administração da Companhia concluiu com base em suas análises, que nesse momento não há indicativos quanto a necessidade da provisão para redução ao valor recuperável dos seus ativos não financeiros.

2.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o International Accounting Standards Board (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

2.7.1 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros; CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão do Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023

Os normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Medida governamental para gestão de recursos hídricos

Publicação	Descrição	Status
A MP nº 1.055 institui a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para a otimização do uso dos recursos hidroenergéticos e para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do fornecimento de energia elétrica no país adotando entre as medidas: (i) definir diretrizes obrigatórias para, em caráter excepcional e temporário, estabelecer limites de uso, armazenamento e vazão das usinas hidrelétricas e eventuais medidas mitigadoras associadas; (ii) estabelecer prazos para atendimento das diretrizes pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta e indireta, pelo CNE, e pelas concessionárias de geração de energia elétrica.	Esta MP entrou em vigor em 28 de junho de 2021, após reunião da CREG em 05 de novembro de 2021, sinalizou o fim da vigência da MP 1.055/2021, que instituiu a CREG. A MP perdeu a validade no dia 07 de novembro de 2021, e, com isso, a Câmara encarregada da gestão da atual crise hídrica também deixou de existir.	
3.2 COVID-19 (pandemia do novo Coronavírus)	A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que existe uma pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. As incertezas geradas pela disseminação da COVID-19 com suas variantes, provocaram intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundiais nos exercícios de 2020 e 2021, tendo os maiores impactos ocorridos no primeiro ano da referida pandemia.	
3.2.1 Medidas de Assistência Governamental adotadas em 2021		
Publicação	Descrição	Status
Despacho - DSP ANEEL nº 904 de 30/03/2021	A ANEEL aprovou o Despacho que destina os recursos não utilizados de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - EE, geridos pela Companhia, para a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, sendo o recolhimento na data base de 31 de agosto de 2020 e seus respectivos percentuais aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (Corrente) sob as obrigações devidas aos programas. Com a regulamentação a Agência torna as provisões necessárias para a liberação de R\$2,23 bilhões em 2021 com a finalidade de contribuir para a modicidade tarifária, como medida de mitigação dos impactos econômicos provenientes da pandemia da COVID-19.	

8 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos (Nota 15) a pagar para seus acionistas, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, são apresentadas como segue:

Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Circulante	Ativo	Passivo	Resultado Operacional
			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Concessionárias (Nota 5)						
Venda de energia elétrica						
EDP Espírito Santo	189,9	01/01/2015 a 31/12/2044	791	641		6.054
EDP São Paulo	193,77	01/01/2015 a 31/12/2044	1.131	1.028		9.104
			1.922	1.669		15.158
Fornecedores (Nota 14)						14.498
Suprimento de energia elétrica						
Energest	126,57	01/01/2017 a 31/12/2046			60	(707)
EDP Transmissão		09/02/2019 a 31/12/2044			1	(17)
EDP Transmissão TMAI		11/05/2021 a 31/12/2044			2	(43)
EDP Transmissão TMAII		04/10/2020 a 31/12/2044			2	(27)
EDP Transmissão Aliança		01/07/2021 a 31/12/2044			4	(31)
EDP Transmissão Litoral Sul		01/07/2021 a 31/12/2044			75	(2)
Outras contas a pagar						(826)
Contrato de prestação de serviços (a)						(716)
EDP Trading Comercialização		01/10/2019 a 30/06/2022				(569)
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais, Atividades de Backoffice e Serviços de Infraestrutura (b)						
EDP - Energias do Brasil		01/01/2018 a 31/12/2022				
			236	236	8	689
			236	236	53	120
			236	236	59	14.285
			75	60	59	13.902

(*) A EDP Transmissão, EDP Transmissão MA I e EDP Transmissão MA II foram alienadas em 28 de dezembro de 2021 e consequentemente, a partir desta data, não mais fazem parte do Grupo EDP - Energias do Brasil, controlador em conjunto.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 27.2).

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no normal curso dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

a) Contrato de prestação de serviços

O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, com vigência de 36 meses, a partir de 1º de janeiro de 2019 e término em 31 de dezembro de 2021, pela EDP - Energias do Brasil como cedente, tendo como cessionária a EDP Trading Comercializadora, sendo que um aditivo foi firmado em 1º de outubro de

PUBLCIAÇÃO DIGITAL - PÁGINA 10

...continuação

Companhia Energética do Jari - CEJA

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

11.1 Serviços em curso

Referem-se substancialmente a custos de projeto de P&D de sistemas fotovoltaicos, aplicados desde a fase de construção, a ser compensados com as obrigações no programa de P&D (Nota 1.1.2).

11.2 Estoques

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

O saldo de estoques refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da usina. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão estão classificados no Imobilizado (Nota 12) pelo montante, em 31 de dezembro de 2021, de R\$406 (R\$507 em 31 de dezembro de 2020).

11.3 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

11.4 Encargos setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Saldo em	Atualização	Transfer-	Saldo em
	Nota 31/12/2020	Adição	Monetária Pagamentos	réncias 31/12/2021
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)	11.4.1	540	11.393	(10.763) 1.170
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	11.4.2	264	3.000	(290) (3.118) 565 421
Outros encargos		101	1.298	(1.291) 108
Total Circulante		905	15.691	(290) (15.172) 565 1.899

11.4.1 Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)

O montante de R\$1.170 refere-se ao saldo a pagar de Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH), de acordo com a resolução nº 67/2001 da ANEEL, que estabelece que os concessionários e autorizados para a produção de energia hidrelétrica devem pagar mensalmente. O aumento do saldo no exercício ocorreu devido ao aumento da quantidade de energia gerada.

11.4.2 Pesquisas e desenvolvimento - P&D

Referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.1.2). A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes à esses programas. A CDE, que é destinada à promoção do desenvolvimento energético no território nacional, seguindo em cumprimento a programação determinada pelo Ministério de Minas e Energia - MME, e gerido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, apresentou valores repassados oriundos da referida Conta, anuídos pela ANEEL (Nota 3.2.1).

12 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício. De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovado pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

12.1 Composição do imobilizado

	Taxa anual	Taxa anual	Taxa anual	Taxa anual		
	média de	depreciação %	média de	depreciação %		
	histórico	acumulada	histórico	acumulada		
Imobilizado em serviço						
Terrenos	759	759	759	759		
Reservatórios, barragens e adutoras	2.05	403.270	(60.491) 342.779	2.05	403.270	(52.217) 351.053
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.13	345.509	(53.703) 291.806	2.13	345.496	(46.329) 299.167
Máquinas e equipamentos	2.99	438.889	(93.260) 345.729	2.97	439.488	(81.005) 358.483
Veículos	14.29	1.362	(1.049) 313	14.29	1.362	(875) 487
Móveis e utensílios	6.25	78	(12) 66	6.25	68	(8) 60
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.189.967	(208.515)	981.452	1.190.443	(180.434)	1.010.009
Imobilizado em curso						
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.33	2.919	(713) 2.206	3.33	2.919	(616) 2.303
Máquinas e equipamentos	3.23	37.105	(8.706) 28.399	3.22	37.040	(7.508) 29.532
Total do Imobilizado em serviço	40.024	(9.419)	30.605	39.959	(8.124)	31.835
Total do Imobilizado						
Ativos de direito de uso						
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	8.33	13	(11) 2
Total do Imobilizado em curso				8.33	13	(11) 2
Total do Imobilizado						
12.2 Movimentação do imobilizado						
Imobilizado em serviço						
Terrenos	759	759	759	759	759	759
Reservatórios, barragens e adutoras	351.053	342.779	(8.274)	342.779	342.779	294.138
Edificações, obras civis e benfeitorias	301.572	291.806	43 (7.477)	291.806	291.806	291.806
Máquinas e equipamentos	388.039	345.729	469 (13.678)	345.729	345.729	374.830
Veículos	520	520	(181) 339	520	520	339
Móveis e utensílios	308	308	109 (48)	308	308	369
Total do Imobilizado em serviço	1.042.251	-	621	(29.658)	1.013.214	-
Ativos de direito de uso						
Edificações, obras civis e benfeitorias	2	2	(2)	2	2	-
Total Ativos de direito de uso	2	-	-	-	-	-
Imobilizado em curso						
Geração	4.727	4.727	2.154	4.727	4.727	2.154
Administração	23	23	23	23	23	23
Total do Imobilizado em curso	4.750	-	4.750	2.154	-	2.154
Total do Imobilizado						
12.3 Movimentação do imobilizado						
Valor líquido em	Taxa anual	Valor líquido	Transf. para imobilizado	Valor líquido	Taxa anual	Valor líquido
31/12/2020	depreciação %	Ingressos	em serviço	Depreciações	31/12/2020	depreciação %
Moeda nacional						
BNDES	736.807	13/12/2012	716.790	13/12/2012 a 15/05/2031	Implementation do projeto de construção da UHE Jari.	i. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20 durante período de amortização.
(-) BNDES - Custos de Transação	(1.474)	13/12/2012	(1.474)	13/12/2012 a 15/05/2031		ii. Índice de Capital Próprio: Patrimônio líquido sobre Ativo total igual ou superior a 25%.
					Ambos os índices serão apurados anualmente em 31 de dezembro.	
						Amortização mensal do custo de transação
						(90) (361) (451)
						1.522 52.233 440.036 493.791
						1.508 52.621 492.270 546.299

13 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

14.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

14.1.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento
Moeda nacional								

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados no custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

O valor total referente as garantias dos empréstimos e financiamentos mencionados acima é de R\$494.242 em 31 de dezembro de 2021 (R\$546.850 em 31 de dezembro de 2020).

A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 as mesmas encontram-se em conformidade nos respectivos contratos de empréstimos e financiamentos.

14.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em	Juros	Amortização do custo de transação	Valor líquido em
	em 31/12/2020	pagamentos provisionados	Transferência	em 31/12/2021
</tr

PUBLCIAÇÃO DIGITAL - PÁGINA 11

...continuação

Companhia Energética do Jari - CEJA

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Saldo em 31/12/2020	Realizações	Atualização Monetária	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2021
Circulante	2.205	(1.645)	(281)	2.026	21	2.226
Não circulante	4.120	-	926	(2.026)	313	3.333
Total	6.325	(1.645)	645	-	334	5.659

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é de R\$850.824 e está representado por 25.793.746 ações ordinárias, sem valor nominal.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

Segue abaixo a composição acionária:

	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
EDP - Energias do Brasil	12.896.873	50,00	12.896.873	50,00
CTG Brasil	12.896.873	50,00	12.896.873	50,00
Total	25.793.746	100,00	25.793.746	100,00

19.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral. Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

Lucro a ser destinado

Lucro líquido apurado no exercício

Constituição da reserva legal - 5%

Destinação do lucro

Dividendos intermediários - JSCP

Incentivos fiscais

Dividendo adicional proposto

Dividendos por ação - R\$ - JSCP

Dividendos por ação - R\$ - Dividendos complementares

19.3 Reservas

Reservas de lucros

Legal

Retenção de lucros

Incentivos fiscais

Lucros retidos à deliberação

Total

19.3.1 Reserva legal

A Reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, representada por 5% do lucro líquido antes de qualquer outra destinação, não excedente à 20% do capital social.

19.3.2 Retenção de lucros

Refer-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório a ser deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

A variação de R\$3.194 refere-se a Retenção de Lucros do exercício de 2020, deliberado na AGO/E, realizada em 30 de abril de 2021 vide nota 15.

19.3.3 Reservas de incentivos fiscais

As Reservas de incentivos fiscais, a partir do exercício findo de 31 de dezembro de 2008, foram constituídas por incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM (anterior Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA) referente a redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração. O valor dessa subvenção governamental é excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o Artigo 195-A da Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07, e somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

A variação no exercício no montante de R\$49.074 é decorrente da constituição da reserva do exercício de 2021 (Nota 15).

19.3.4 Lucros retidos à deliberar

Refer-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório a ser deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

20 Gastos operacionais

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação entre obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- Suprimento de energia elétrica: A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

- Energia de curto prazo: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação da energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

21 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia e da controlada representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	2021	2020
Custo da operação e do serviço		
Com energia elétrica	41.859	40.689
De operação	24.985	24.985
Administradoras e Entidade de previdência privada	(10.004)	(10.004)
Total	52.022	45.674
Despesas operacionais		
Gerais e		
Outras	57.007	44.397
Total	57.007	44.397
2020		
Custo da operação e do serviço		
Com energia elétrica	48.431	48.431
De operação	23.176	23.176
Administradoras e Entidade de previdência privada	(5.525)	(5.525)
Total	66.322	43.440
Despesas operacionais		
Gerais e		
Outras	240	94
Total	66.322	43.440

21.1 Energia elétrica comprada para revenda

Contratos de compra de energia por quantidade

Energia de curto prazo

Outros

(-) Ressarcimentos CCEE

(-) Créditos de PIS/COFINS

21.1.1 Contratos de compra de energia por quantidade

As compras de energia elétrica ocorreram para constituição de lastro no exercício, com intuito de minimizar exposição financeira negativa na CCEE.

21.1.2 Energia de curto prazo

A variação dos saldos de energia no curto prazo ocorreu devido à flutuação do GSF médio, associado ao aumento do PLD influenciado pela crise hídrica (Nota 3.1), sendo que no exercício de 2021 o PLD médio do submercado Norte alcançou R\$268,3/MWh, quando comparado ao exercício de 2020 que alcançou a média de R\$165,0/MWh.

21.1.3 Ressarcimentos CCEE

O aumento dos saldos da rubrica de ressarcimentos CCEE nos exercícios analisados ocorreu devido a maior exposição da UHE Jari ao GSF em 2021, quando comparados a 2020, juntamente com o aumento dos preços de PLD devido à crise hidrológica (Nota 3.1), impactaram também no maior recebimento de ressarcimentos devido à repartição.

21.2 Pessoal

Personal Remuneração Encargos Despesas rescisórias Participação nos Lucros e Resultados - PLR Outros benefícios - Corrente Outros Administradores Honorários e encargos Benefícios dos administradores

31 37 6 26 37 63 6.099 5.404

6.336 3.692 570 562 142 152 645 474 173 205 251 193 776 620

1.177 943 1.082 990 156 52 301 430 1.505 1.058 82 87 3.543 6.670

2.973 2.787 1.082 990 1.505 1.058 6.099 5.404

1.177 943 1.082 990 1.505 1.058 6.099 5.404

1.177 943 1.082 990 1.505 1.058 6.099 5.404

1.177 943 1.082 990 1.505 1.058 6.099 5.404

1.177 943 1.082 990 1.505 1.058 6.099 5.404

1.177 943 1.082 990 1.505 1.058 6.099 5.404

1.177 943 1.082 990 1.505 1.058 6.099 5.404

1.177 943 1.082 990 1.505 1.058 6.099 5.404

1.177 943 1.082 990 1.505 1.058 6.099 5.404

1.177 943 1.082 990 1.505 1.058 6.099 5.404

1.177 943 1.082 990 1.505 1.058 6.099 5.

